

T.H.3.a: exp 2

SITUAÇÃO DOS INDIOS

NO

MUNICIPIO DE PAUINI - AM

CEDI - P. I. B.
DATA 28 05 86
COD. APD 07

Os dados desta informação que ora apresento sobre a situação dos índios (de modo especial os Apurinã) localizados no município de Pauini-AM, foram colhidos "in loco", durante os meses de agosto e setembro de 1979, diretamente com os índios ou pessoas que vivem na região.

Estes dados cujo objetivo é possibilitar um primeiro e mais completo conhecimento da realidade com vistas a ulterior trabalho e/ou tomada de medidas pelo órgão de assistência ao índio, não têm mais valor que o testemunho dos informantes. Podem, portanto, estar sujeitos a equívocos ou erros objetivos.

Estou certo, entretanto, de que, ao apresentar esta informação, estarei falando pelos índios que não podem chegar a Brasília e falar, diretamente, ao Presidente da FUNAI. como o fazem os índios que residem mais perto, ou que não mereceram a devida atenção dos funcionários do órgão, dadas as dificuldades que estes tiveram de chegar até eles ou o fizeram muito de corrida, conforme carta do tuxáua Pedro Carlos dos Santos, que passo a transcrever:

"Igarapé Penerí, 31 de agosto de 1979

Senhor Presidente da Funai

Que o Senhor mande um empregado para reparar nossa aldeia. Todos os que vieram para Rio Branco nunca vieram aqui, só o Carvalho e assim mesmo avexado.

Os brancos aperream a gente e muita gente diz que a FUNAI aqui não manda nada.

Queremos um empregado da FUNAI para a gente contar o que acontece e para ele tomar providência.

O Padre Antonio, que vai levando essa carta, esteve aqui e nós contamos para ele. Ele pode contar para o Senhor.

a) Pedro Carlos Santo

1 - Atuação da FUNAI

Credenciado pelo tuxáua Pedro Carlos, chefe de uma família de 95 pessoas: 5 esposas (2 falecidas), 37 filhos (16 falecidos), 49 netos vivos, 2 bisnetos e 18 genros ou noras, gostaria de começar esta informação apresentando a atuação da FUNAI na área, já que esse foi o tema central da carta acima transcrita.

Ao falar da FUNAI seria preciso indicar exatamente a que segmento dela se referem os índios e os habitantes da região.

Aquela área, ao que parece, está entregue aos cuidados da Delegacia Regional de Porto Velho-RO ou à de Manaus, como dá a entender o documento de 20/2/1979, assinado pelo chefe interino da AJACRE, o qual transcreverei mais abaixo, como um documento que prova como a interferência de funcionários subalternos suplantam a competência do próprio presidente do órgão e atuam contra os interesses dos índios:

MINISTERIO DO INTERIOR
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Ajudância do Acre

Of. 18/AJACRE/79

Rio Branco-AC
Em 20-02-1979

Do: Chefe da Ajudância do ACRE-FUNAI.

ao: Sr. Lopinho Apurinã

Assunto: Informação (presta)

Sr. Lopinho

Estiveram aqui nesta ajudância da Funai no Acre, os Srs. Prefeito Municipal de Pauini, Sebastião Pereira Afonso e José Cordeiro e Silva, ambos com a finalidade de em comum acordo ver a possibilidade de dar continuidade à construção de uma estrada municipal, que visa dar melhores condições de acesso e favorecer à economia de ambas as partes, ou seja, contribuir para o benefício do Município e das comunidades, que habitam a faixa abrangente pela estrada.

Tendo em vista estas condições e a lei que regula o Órgão de Assistência ao Índio - FUNAI, temos a informar o seguinte:

a) A área onde vocês tem domicílio (habita) e dela tira seus sustentos, há muito é caracterizada de direito de posse por você, garantida pela Lei 6001 de 19.12.73-Estatuto do Índio.

b) A estrada a qual está sendo construída pela Prefeitura Municipal de Pauini em comunidade com os habitantes local (sic), segundo o Sr. Prefeito Municipal, passará pela área de usufruto seu.

SA
c) Esta área ainda não foi delimitada definitivamente pela Funai; aliás não foi definitivamente eleita reserva indígena, como também as demais do município de Pauini.

d) Esta faixa de terras envolvendo comunidades indígenas do Amazonas, com exceção dos município(sic) de Boca do Acre, Envira e Eirunepé, pertence à jurisdição da 1a. Delegacia Regional da Funai, em Manaus-AM.

e) Em particular, não vemos impossibilidade de ser concretizada a construção da dita estrada municipal, uma vez que não cause nenhum prejuízo a você e sua família, isto é, não destruam (sic) seus bens, agricultura, criações, etc. etc.

Sem mais para o momento apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(assinatura ilegível)

carimbo

p/

Afonso Signório Moreira Silva
chefe Ajacra-Funai
Port. nº511/P de 15.09.78

Ilmo. Sr.

Lopinho Apurinã
PAUINI - AM

Segundo informação prestada a mim pelo prefeito de Pauini, a referida estrada não é municipal, uma vez que não está no plano rodoviário do município. É uma estrada particular que visa atender os interesses de José Cordeiro e Silva, que, segundo palavras do prefeito é uma pessoa que fala muito bem e sabe envolver os outros. Aliás a figura de José Cordeiro ou Zé Cordeiro como é conhecida na região, é a de um autêntico grileiro. Ao que parece nenhum dos seus títulos são válidos a ponto de não poder apresentá-los como garantia de empréstimos bancários. A garantia é dada pelos bens que possui em Mato Grosso do Sul, segundo informação do prefeito.

Independente dos títulos que possui ou não possui, na melhor das hipóteses, tem cortado terras de outros proprietários também duvidosos, como a MANASA e a área do antigo posto indígena do SPI no Igarapé Seruini. Eu vi a picada feita pelo pessoal do Zé Cordeiro nas terras do P.I. Mariane, no Ig. Seruini e o engenheiro florestal Márcio ^{JM} Moreira, administrador local da MANASA informou-me que teve que embarcar demarcações do Zé Cordeiro em terras da firma da qual ele é funcionário.

- 4 -

Mais adiante voltarei a falar da Manasa.

Dada a interferência desastrosa do funcionário que respondia pela AJACRE no dia 20-2-1979, o índio apurinã João Lopes Brasil (Lopinho), que por vários anos impediu que a estrada cortasse a área indígena, pediu uma declaração do representante do Zé Cordeiro, a qual foi passada nos seguintes termos:

DECLARAÇÃO

Eu, Hélcio Heros Alves Fagundes, brasileiro, casado, médico veterinário, portador da cédula de Identidade sob o nº 737.041-Paraná e CPF nº 160.887.609-82, residente em Campo Grande, à rua Ruy Barbosa, nº 2550-Centro, na qualidade de Administrador da "Agro-Pecuária Maripuí" -Município de Pauini, Estado do Amazonas: Declaro que a estrada que ora encontra-se em início de construção da Fazenda Maripuí à sede deste município de Pauini-AM, com traçado passando pelas terras do Sr. João Lopes Brasil, brasileiro, solteiro, agricultor, cédula de Identidade nº 350.711-AM, a pedido do Sr. João Lopes Brasil, declaro que a referida estrada trata-se, unicamente, de uma via de acesso de escoamento de produção da região, respeitando o ofício... 018/AJACRE/79-FUNAI de 20.02.79; Esta declaração é de exigência do Sr. João Lopes Brasil, para que este aprove a continuidade da referida estrada.

Pauini, AM, 08 de março de 1979

a) Hélcio Heros Alves Fagundes

De acordo:

a) João Lopes Brasil

Testemunhas,

1-a) Manoel Carneiro dos Santos

2-a) Francisco das Chagas Venâncio

Ob. As quatro firmas foram reconhecidas no cartório de Pauini no dia 8/3/79 por Ubirajara Gonçalves Leite
A segunda testemunha Francisco das Chagas Venâncio é

vice-prefeito de Pauini e seringalista.

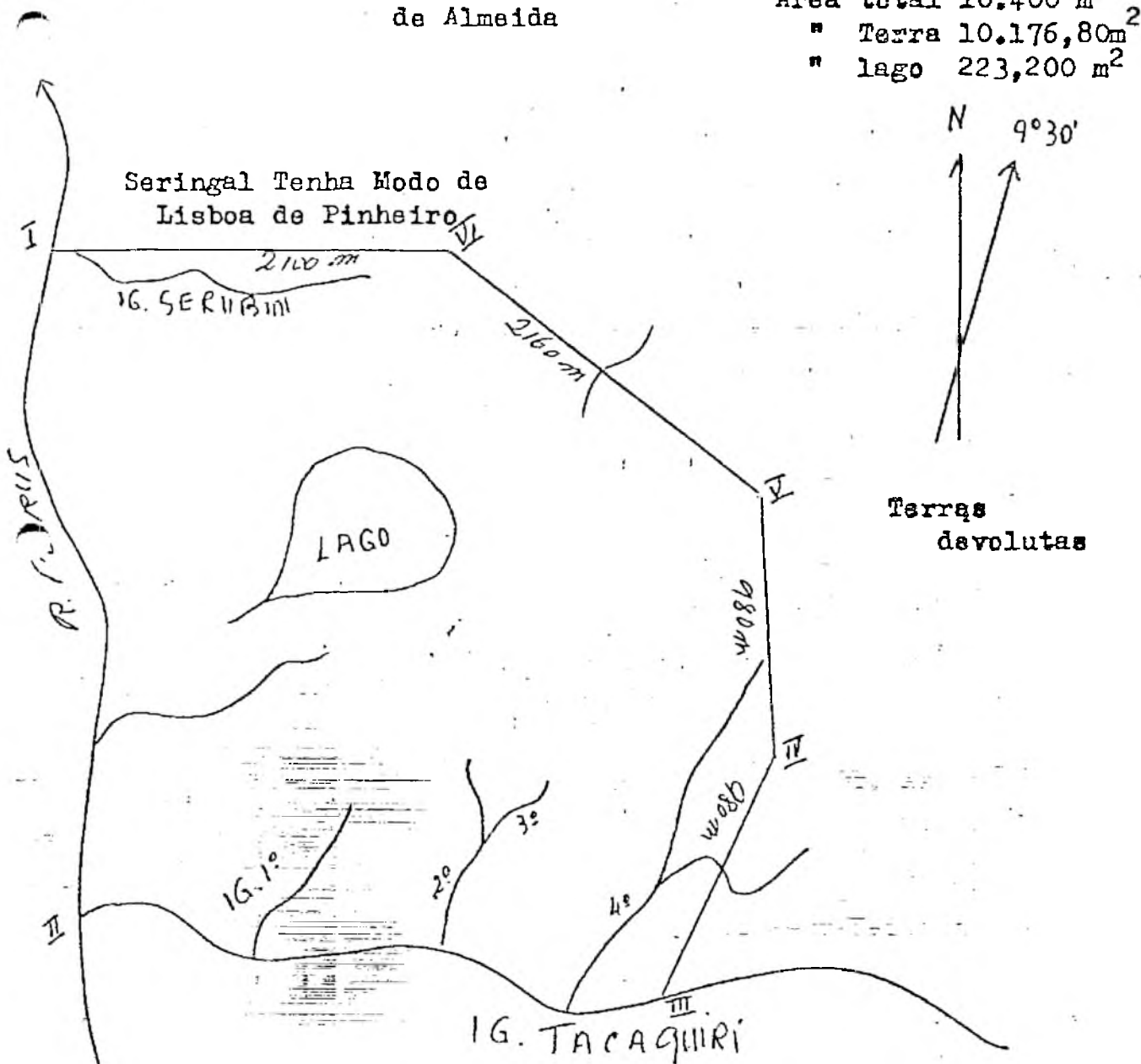
João Lopes Brasil está arrependido de ter aprovado a construção da estrada, pois ela terá a extensão de 10 Km com 6 metros carroçável e 10 metros de desmatamento de cada lado. Vão abater 23 seringueiras, sem falar de outras árvores. O picadão da estrada já atingiu 5,500 metros. Ele acha que somente com um documento da FUNAI conseguirá impedir a construção da estrada.

As terras indígenas que estão sendo atingidas pela estrada do Zé Cordeiro localizam-se nos fundos do Seringal Santa Vitória, cuja planta apresentada por João Lopes Brasil é a seguinte:

Cópia em
19-2-72
P. Goes
agrimensor

PLANTA DO SERINGAL
denominado
SANTA VICTORIA
Requerida por
Quintéria Bernadina
de Almeida

Perímetro 14 km
Area total 10.400 m²
" Terra 10.176,80m²
" lago 223,200 m²



I a II tem 4080m frente pelo rio Purus
III a III tem 3.740 m

Escala: 1:200.000 (no original)

Manaus, 30 de julho de 1896
em 28(?) - 5 - 72

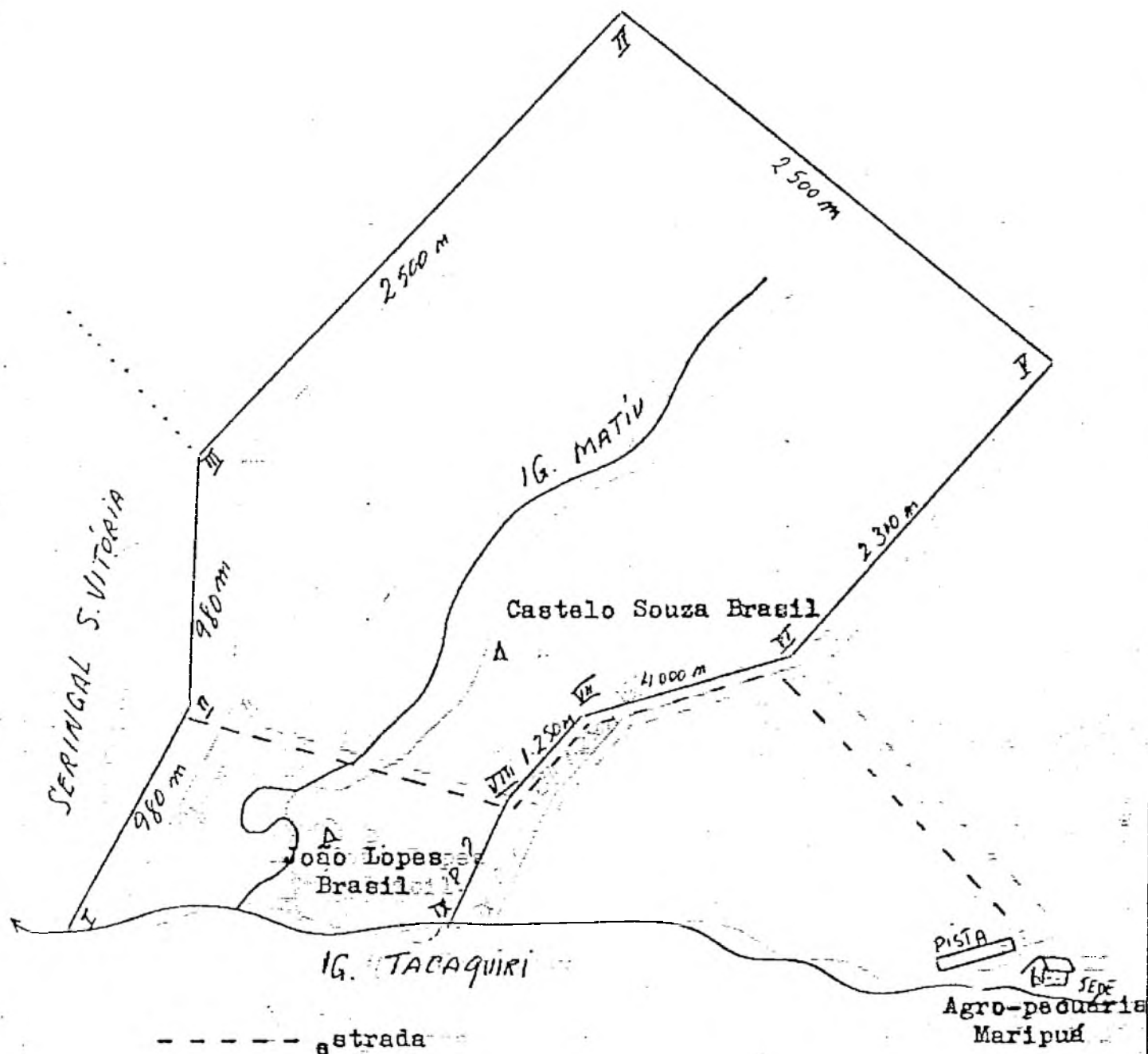
José Caribi Confere com o original existente no Arquivo
Autorizado Processo 88/72
ARQ PC

Segundo indicação de João Lopes Brasil, a área indígena faz confronto com as terras do Seringal, Santa Vitória, nos marcos III, IV e V do mapa acima e tem os seguintes rumos e medidas aproximadas:

PLANTA do "Seringal S. José"

Elaborada com rumos e distâncias fornecidos

por João Lopes Brasil (Lopinho) no local, 3/9/1979



Na área indígena defendida por João Lopes Brasil e denominada Seringal S. José, representantes da FUNAI procederam de maneira a deixar os índios confusos e prejudicados a ponto de não sabermos se a FUNAI, que, realmente, defende os interesses deles. Não obstante o proceder do chefe interino pela AJACRE, João Lopes Brasil espera que a FUNAI tome alguma atitude para impedir a continuação da construção da estrada.

Por outro lado, o tuxáua Pedro Carlos, cujas terras também foram invadidas e depredada por Zé Cordeiro, esperam, até hoje, a chegada de um funcionário da FUNAI, o qual deveria ter chegado em julho do ano passado, segundo promessa do chefe da AJACRE, conforme se pode ler no documento abaixo:

MINTER
FUNAI
AJACRE

Of. 072/78/Ajacre

R.Boo.-AG
11-5-1978

DO: Chefe da Ajudância do Acre/Funai

AO: Ilmo. Sr. Pedro Carlos - Tuxaua/Pereñi (sic)

Assunto: Informação (presta)

Prezado Senhor:

Recebemos a visita do Sr. Benito Carlos, seu filho, que nos veio pedir ajuda sobre os problemas de terra do grupo que V.S. dirige.

Esta FUNAI, tem o maior interesse de solucionar tais problemas, inclusive, já enviamos diversos documentos a nossos Superiores em Brasília, relatando a necessidade urgente que os Apurinã do Peneiri, Tacaquiri, Seruini, enfim, de todo o médio Purus, têm de solucionar o problema de suas terras. Mas, um processo dessa natureza leva tempo. Por isso solicitamos que o Sr. e os Apurinã do Peneiri aguardem com paciência, pois se Deus quiser, brevemente tal problema será solucionado.

Mas o Senhor e os índios daí não devem, em absoluto, deixar que pessoas tomem suas terras. As terras que os Apurinã habitam são áreas de ocupação antiga, a Lei 6001 de 19/12/73 garante aos índios o direito de posse sobre as mesmas. Se o Senhor José Cordeiro quiser tirá-las daí, não saiam de jeito nenhum. Essa terra é de vocês. É dos Apurinã.

Até julho estará chegando aí um funcionário da FUNAI que irá delimitar as áreas para os Apurinã desse município. O Senhor e os índios não deixem ninguém tirá-los de suas terras.

Sem mais, despedimo-nos

Atenciosamente
a) Antonio Pereira Neto-Chefe-Ajacre

Honra seja feita, o funcionário que assim falava aos índios não deixou de enviar relatórios aos seus superiores de Brasília, como também o fizeram outros funcionários. É o que se conclui da introdução de um relatório de Antonio Pereira Neto de 21/12/1977, que diz o seguinte:

"Como é do conhecimento deste DGO, possivelmente através de Relatórios escritos pelos ex-chefe da Ajudância do Acre, os índios Apurinã, outrora um dos mais poderosos grupos indígenas do Amazonas Ocidental e do Acre, encontram-se, hoje, espalhados em unidades familiares num perímetro muito grande que vai da fronteira do Amazonas com o Acre até a foz do Rio Purus no Rio Amazonas. Ou seja, devido a compulsões que não nos cabe aqui analisar, os Apurinã provavelmente foi o grupo indígena dessa região que mais se descaracterizou, embora não tenham em absoluto perdido sua condição de índios, tanto de serem reconhecidos com tal e de se auto-reconhecerem também.

Calcula-se, em termos gerais, que a população Apurinã computada em geral ultrapassa os 2.000 indivíduos, ou vivendo às margens do Purus e seus afluentes, ou em localidades urbanas (Boca do Acre, Rio Branco, Lábrea) e às margens da Rodovia que une Rio Branco-Acre à Boca do Acre-AM.

Tal população regra geral tem uma vida econômica que não se diferencia, em absoluto, dos "civilizados" da região, visto que são seringueiros, castanheiros, empreiteiros e homens de machado em derrubadas, pescadores. Quando estão em habitat urbano, os homens geralmente se empregam na construção civil ou vivem como carregadores e as mulheres entregam-se à prostituição. Os que habitam as barrancas dos rios e margem da estrada, praticam uma incipiente agricultura que mal obtém o sustento para suas famílias. Em síntese, podemos dizer que os Apurinã do Amazonas Ocidental não estão bem absolutamente. Pelo contrário, **É UM GRUPO CARENTE, MARGINALIZADO, DESESTRUTURADO, DOENTIO E, CONSEQUENTEMENTE, CARENTE DE TODA NOSSA AJUDA**".

O mesmo funcionário, poucos dias depois, terminava outro relatório com palavras que traduzem sua angústia e quase desespero:

"Sr. Diretor, a cada dia, os índios do Acre e do Amazonas ocidental nos procuram, A cada dia, esta Ajudância do Acre se torna pequena para o grande volume de trabalho e de situações difíceis, que nesta área ocorrem. A cada dia sentimos necessidade de ampliarmos nosso quadro, nossos recursos para podermos dar satisfação a todas as populações indígenas que estão necessitadas. A cada dia vemos que realizamos pouco e que temos muito ainda a realizar".

Para ainda mais compreender a imagem que os índios têm da Funai e conseqüentemente as esperanças ou frustrações a respeito da mesma, seria preciso dizer que as contínuas promessas feitas aos índios por funcionários do órgão e não cumpridas não só têm aumentado o descrédito da própria FUNAI como dos funcionários locais (onde eles existem), que já não sabem como se comportar diante dos índios, que, com fundadas razões, lhes cobram essas promessas.

2 - Os Índios

A presente informação se refere, unicamente, aos índios dispersos pelo município de Pauini e que constituem um terço ou menos ainda de toda a nação Apurinã, cuja auto-denominação é Kangiti^(*) e língua do tronco Aruak, segundo o cientista Paul Ehrenreich, que já no final do século passado localizou os Kangiti do Rio Ituxi, próximo a Lábrea) até o Iaco ou Jacu (no Acre). (Cfr. Revista do Museu Paulista, Nova Série vol II-1948 pp.7-135)

A limitação do campo de pesquisa prendeu-se, unicamente, ao tempo disponível para esse trabalho, mas é necessário completá-lo para que se possa fazer um projeto de trabalho visando salvar o que ainda é possível salvar da cultura Apurinã, mas sobretudo o próprio povo apurinã, que, não obstante todas as doenças e violência, ainda sobrevive, fisicamente, uns 2.000 ou mais.

Apresento a seguir a relação dos locais onde se encontram os índios, seus líderes ou simplesmente chefe de família, os "patrões" e o número de pessoas em cada lugar, o^{que} mostra com toda nitidez como eles se encontram dispersos vivendo, por vezes, numa simples colocação como um seringueiro da região.

Para compreender como vivem os índios será necessário ter presente como vivem ou vegetam os próprios seringueiros. O seringueiro é, antes de tudo, um escravo do "patrão". A terminologia usada para indicar sua dependência do "patrão" é indicadora dessa condição de escravo em que vive: o seringueiro é liberto se paga a renda de sua produção àquele que se diz dono da terra onde ele trabalha; não pagando a renda é sujeito. Na condição de sujeito o seringueiro deve trocar toda a produção por gêneros de primeira necessidade como farinha açúcar etc. até os remédios vendidos e tomados sem nenhum critério, sem falar na cachaça, que é uma grande fonte de renda para o "patrão" e instrumento de dominação e de todas as desordens entre os índios e a maior responsável pelas mortes, que ocorrem com grande facilidade, especialmente por ocasião das "festas".

* Kangiti não é auto-denominação dos apurinã; significa 'gente', tanto por ser índio como branco.

1	Pau Mulato	Rio Purus	Lázaro	"patrão"?	4 *
2	Ser.S.Lourenço	"	Manuel		6*
3	Ser. Vitória	"	Francisco	Valmir	13
4	" "	L.Salpico	Odorico	"	32
5	" Afogados	Rio Purus	José		4
6	" "	L.Urubuã	Francisco	Pinheirão	27
7	Volta da França	R.Purus	Milton	diversos	8
8	Estirão Capira	"	Camilo		16
9	Ser.Maripuí	R.Purus	Armando		11
10	Ser.Iracema	"	Augustinho		6
11	(Ser. Maripuí)	Ig.Penerí	Pedro Carlos		44
12	Ser.M.Alegre	R.Purus	Eurico		10
13	Boca do Peneri	"	Cajú		22*
14	Pr.Cantagalo	"	Artur		17
15	Ser.S.Vitória	"	José Ubi		30
16	Ser.B. Pauini	"	Cazuza		25
17	Ser.S.José	Ig.Tacaquiri	Lopinho		17
18		"	Guard		8
19	Ser.S.Vitória	R.Purus	Ant ^o Crispim		20
20	Ser.Pauriã	"	Euclides		7*
21	Ser.Alegrete	R.Purus	Francisco	Chico Araujo	19
22	Ser.S.Francisco	Ig.A.Preta	José Avelino		35*
23	Ser.Agua Preta	R.Purus	Lino Avelino		4*
24	Ser.Guajahã	"		Aureliano	27
25	Ser.Humaitá	"		Chico Moura	37
26		L.Catipari	Pedro Rafael	Chico Barros	41
27	Cujubim	Ig.Seruini	Francisco		10
28	Manhã	"	Pedro Marco		12
29	Posto SPI	"	Fernandes		9
30	Castanheira	Ig.Mixiri	Emídio		7*
31	Cararuã-SPI	"	Ant ^o Bento		7*
32	Fora do "	"	Amadeu		11
33	S.Paulo "	Ig.Seruini	Ant ^o Julião		12
34	Area "	"	José Rubem		12*
35	Fora do "	"	Araujo		9*
36	Nova Vista	"	Benedito		11
37		"	Chagas		11
38	Ser.S.Jorge	"	Gregório		14
39	Barro Vermelho	"	Olávio		11
40		"	Zé Arista	Manasa	7
41	Fortaleza	"	Melé	"	7
42	Ser.Francisco	"	Manoel Soares		10*
43	Sto.Antonio	"	Ant ^o Lopes		2
44	S.Francisco	"	Manoelzinho		8
45	Mucambo	"	José Soares		11
46		Ig.Mamoriá	Apurinã		49*
47		"	Jamamadí		15*
48		Ig.Teuini	Jamamadí		26*
					761

Os dados seguidos de * foram colhidos por informação de terceiros ou do próprio morador do local, mas fora da área a que se referem.

Os dados da página anterior seguem a ordem da viagem descendo o Rio Purus, a partir do local denominado Pau Mulato, e lagos e igarapés à medida em que iam surgindo, dada a localização com referência ao eixo central da viagem, que era o R. Purus.

Quanto ao Ig. Seruini, os dados foram colhidos em sentido contrário ou seja subindo o mesmo igarapé.

Apresento a seguir os mesmo dados numéricos agrupados para que se note onde há maior concentração de pessoas:

1	Rio Purus	286 pessoas	19 locais	média 15 pessoas
2	Ig. Seruini	158 "	16 "	" 9,8 "
3	* Ig. Mixiri	25 "	3 "	" 8,3 "
4	Ig. Peneri	44 "	2 "	" 22
5	Ig. Tacaquiri	25 "	2 "	" 12,5
6	Ig. Água Preta	35 "	?	
7	Ig. Memória	64 "	?	
8	Ig. Teuini	26 "	?	
9	Lago Novo ou Urubuã	27 "	1 "	" 27
10	Lago Salpico	32 "	2 "	" 16
11	Lago Catipari	41 "	2 "	" 20,5

* foi sair

Os grupos locais, em geral, são formados por famílias ligadas, entre si, por parentesco. Isso é evidente no Igarapé Peneri, onde todos os que ali residem pertencem à família do Pedro Carlos. O mesmo se pode dizer dos que moram junto ao Lago Catipari, onde o patriarca é Pedro Rafael.

O levantamento do parentesco dos moradores do Igarapé Seruini leva à mesma conclusão: quase todas as famílias, com raras exceções, são formadas por filhos ou filhas do velho Jacinto.

Isto não significa que, numa tentativa de concentrar a população indígena apurinã, em algumas áreas a serem escolhidas e demarcadas, tudo se faça sem nenhuma dificuldade. É preciso ter presente que mesmo entre parentes há grandes disputas, não para a conquista do poder, mas para não se sujeitarem a pseudos líderes como é o caso do Fernandes (especialmente seus filhos) que por se a única família residente no local onde outrora foi a sede do Posto Indígena Marianê do antigo SPD, no Ig. Seruini, e por ter recebido, indevidamente, apoio de funcionários da FUNAI, se julga o chefe dos índios.

Fernandes é apenas genro do velho Jacinto e tanto ele como seus filhos não são aceitos pelos demais.

3 - A Terra do Índio

A região e, conseqüentemente, o município de Pauini, área da presente pesquisa, está sofrendo o mesmo processo da concentração da propriedade nas mãos de uns poucos latifundiários ou simplesmente grileiros, como já aconteceu em Mato Grosso e outros estados.

Paulino Almeida, em poucos anos, tornou-se dono de todos os seringais da margem esquerda do R. Purus, a partir de S. Romão até a foz do igarapé Touini.

José Cordeiro e Silva ou Zé Cordeiro como é conhecido, procedente de Campo Grande-MS trouxe para a área a mesma dinâmica de ocupação de terras utilizada por pequenos e grandes grileiros de Mato Grosso: adquire-se um título qualquer ainda que seja a simples autorização para exploração de um seringal, e, posteriormente, abrem-se picadas em áreas muito maiores, sejam elas de quem quer que seja.

A MANASA - Madeira Nacional S/A tem para mais de dois milhões de hectares de terra, segundo a informação do engenheiro Mario Moreira, administrador na sede do empreendimento no Ig. Seruini. O mesmo informante reconhece que no passado deve ter havido muitas atrapalhadas no que se refere às terras da região, mas, segundo ele, os títulos da MANASA são todos válidos. As terras desta firma envolvem totalmente a área indígena, que formava o extinto Posto Indígena Marianê, no Ig. Seruini. O imenso latifúndio improdutivo da MANASA tem dois pequenos projetos (para justificar a presença na área): um aprovado pelo IBDF e outro com incentivos fiscais canalizados através da SUDAM. A MANASA tem certidão negativa fornecida pela FUNAI, conforme se pode ver na "Relação das Certidões Negativas deferidas" fornecida pela FUNAI à CPI do Índio. A certidão foi fornecida no ano de 1975.

Não obstante os exíguos projetos de reforestamento e plantio de castanha, a imensa área titulada tem mais a aparência de um especulação em torno da terra. A possibilidade de que as terras da MANASA serão cortadas pela estrada AM-467 é vista com muito entusiasmo pelo seu administrador.

A presença da MANASA na área aumentou a insegurança e a penúria dos primitivos habitantes, índios e não índios. Insegurança porque os que se encontram nas terras tituladas por ela sofrem contínuas ameaças de serem lançados fora; penúria porque os que nela se empregam trabalham nove horas por dia, de 2ª a 6ª e mais três horas no sábado, não lhes sobrando tempo para mariscar e menos ainda para fazerem uma pequena roça de subsistência, obrigando-os a adquirir tudo no armazem da firma.

A MANASA utiliza mão-de-obra indígena sem se importar com a FUNAI, que faz questão de ignorar "porque só traz problemas", afirmou o administrador da firma. Um mestiço apurinã é empregado da firma e se dedica unicamente a caçar e pescar para que não falte bom alimento na mesa do pessoal da administração, mas "hoje a caça já está rareando", informou o caçador.

Tenho sérias dúvidas quanto à legalidade das terras da MANASA, não obstante as afirmações do seu administrador, que afirmou que o Igarapé Seruini nasce e morre dentro das terras da empresa. Ora o antigo Posto Indígena Marianê encontra-se, exatamente às margens do referido igarapé.

Outro grande latifundiário na área é Musfafa Said, que se considera dono do R. Pauini.

Mas ao lado dos grandes latifundiários há outros "donos" das terras onde os índios residem e, mediante simples cartão de visita, autorizam o morador a cuidar da referida área passando o índio a ser um empregado não remunerado e sem direito à terra, evidentemente.

Em poder do índio apurinã Gregório, que reside no Ig. Seruini, encontramos o cartão de visita de Paulino Andreoli, advogado, com escritório à Rua Voluntários da Pátria, 475, 21º andar, Fone: 233555, Curitiba - PR. No verso do cartão lia-se: "Saul Zuzmann do Paraná O Sr. Gregório está autorizado a cuidar dos seringais São Benedito e São Jorge."

Dentro deste contexto que poderia ser pintado com cores mais vivas, há duas áreas indígenas (antigos Postos Indígenas) que segundo informação do prefeito de Pauini são as duas áreas indígenas no município. Trata-se do P.I. Marianê e do P.I. Manuacá.

P.I. Marianê

Situa-se à margem esquerda do Ig. Seruini, acima da foz do Ig. Mixiri, que constitui os fundos da área. Até hoje podem ser encontrados os marcos de madeira-de-lei, de um metro de altura, com a sigla: SPI.

Segundo informação dos índios mais antigos, o posto teria sido desativado, "porque a firma abriu falência", por volta de 1959. Era então chefe da Inspeção dos Índios o falecido major João de Barros Veloso da Silveira, latifundiário, dono de vários seringais. Residia no Seringal Caçador, às margens do R. Purus, em casa senhorial. Suas terras foram vendidas à MANASA por seu genro Inácio Abrahim.

O chefe do posto era Leonardo Solon, genro de João de Barros Veloso da Silveira, o qual se tornou dono do Seringal Peneri, hoje em poder de Zé Cordeiro.

Quando o SPI abandonou o P.I. Marianê, Leonardo Solon entregou a chefia do mesmo ao regional Antonio de Brito, que, pouco depois, a passou ao apurinã José Gabriel, conhecido como Capitão Surd^{*}, hoje residente no Igarapé Alegria, afluente do Ig. Seruini. Finalmente, ficou como chefe, com autoridade recebida do delegado de polícia de Pauini, o apurinã José Amadeu Lopes, filho do velho Jacinto. Segundo Amadeu, uns índios obedeciam, outros não. "Os mais exaltados eram conduzidos presos a Pauini, onde levavam peia prá tomar jeito", concluiu.

Por volta de 1964, se desgostou, deixou a chefia e saiu da área do posto. Hoje reside no Ig. Mixiri (ver pág. 10 nº 32). Ultimamente, Fernandes Santos e seus filhos começaram a dizer que tinham autoridade da FUNAI. Inácio, seu filho, em abril deste ano, esteve em Rio Branco, buscando apoio da FUNAI, como pude constatar.

José Amadeu, que é cunhado de Fernandes, acha que ele é uma pessoa boa, mas seus filhos Inácio e Zezinho são a perdição do pai. José Rubem, outro cunhado de Fernandes, se refere a ele aos filhos dizendo: "aquele pessoal da FUNAI (aludindo à autorização que dizem ter) aprende a viver com a gente, mas não amansa. Com ou sem cachaça são sempre iguais"

Os Apurinã dizem que eles não possuem nenhum chefe no Ig. Seruini, como, aliás, parece que em sua história mais antiga, também não tinham ou não gostavam de chefe. Isso é importante ter presente quando se pensar em reativar o posto e/ou criar outras áreas, onde eles possam viver livres das ameaças e opressão dos latifundiários.

Hoje, além dos marcos, nas duas linhas secas que unem o Ig. Seruini ao Ig. Mixiri, alguns paus de cerca ou de antigas casas e umas poucas mangueiras e castanheiras (algumas foram abatidas para colherem os ouriços), nada mais resta do antigo posto indígena. Suas terras foram cortadas por um picadão feito pelos trabalhadores de Zé Cordeiro. A área toda é terra firme (não alagável). Encontram-se, na área do posto, apenas 47 apurinã, dos quais 14 na margem do Ig. Mixiri. (ver pág. 10)

A reativação do P.I. Marianê com bom atendimento nas áreas de economia, saúde e escola, poderá atrair para o local muito índios dispersos não só ao longo do Ig. Seruini, mas também dos Ig. Tumiã e Alegria, bem como das cidades de Pauini (Terraã, como é mais conhecida pelos regionais) e de Lábrea, para só falar das famílias ligadas ao velho Jacinto.

Embora o local da antiga sede do posto seja muito bom, contudo, voltando a ser contruída ali a nova sede, seria, de alguma maneira, fortificar a presumida autoridade dos Fernandes^{AN}, os únicos que residem no local.

A reativação do P.I. Marianê deveria ser feita após ou conjuntamente com a redefinição de sua área, com vistas a englobar, numa só,

Capitão Surd este velhinho

Arquivo
MANASA

a área do posto, a do "Seringal S. José", no Patáquiri (ver¹² a 7) e a do Pedro Carlos, no Ig. Penerí, o que aliás já foi objeto de estudos de Antônio Pereira Neto, ex-chefe da AJACRE, por proposta de voluntários da OPAN que trabalham na área. Ignora se esta proposta foi encaminhada ao DGPI e tenha recebido a devida atenção daquele departamento. A essa área poderia ser acrescentada outra que não foi objeto da proposta a que aludi. Trata-se da área do Lago Novo ou Urubuã.

A proposta estudada, anteriormente, indicava os seguintes limites: Sul-linha seca partindo da cabeceira do Ig. Peneri até o Ig. Seruini, na foz de um igarapé (?) existente acima da atual divisa da área do posto; Leste-descendo pelo Ig. Seruini até a foz do Ig. Mixiri; Norte-deste ponto, uma linha seca demandando a foz do Ig. Peneri, no R. Purus; Oeste - deste ponto subindo o referido igarapé, até atingir o ponto inicial.

Esta proposta, possivelmente, já inclua o "Ser. S. José" e se a ela se acrescentar a área do Lgo. Novo, sugere uma área contínua, na qual já se encontram, atualmente, 157 apurinã e terá, aproximadamente, ... 150.000 Ha., menos de um décimo da área presumida da MANASA.

Dispensa dizer que os índios que moram nos altos igarapés são os que mais sofrem as consequências da atividade dos marreteiros; os produtos coletados pelos índios (sorva, seringa, castanha) são pagos a preço inferior e as mercadorias trazidas pelos marreteiros vendidas a preço mais elevado, mas por outro lado, as terras se prestam melhor a uma agricultura perene, a região é isenta de pragas (pium, carapanã etc), as águas são mais puras, quando não puríssimas porque procedem de fontes naturais. O convívio com a população envolvente menos intenso e consequentemente menores as possibilidades de contágio. Estas e outras razões justificam a reativação do P. I. Marianê.

P. I. Manuacá

Outra área delimitada pelo ex-SPI e, hoje, abandonada, é o P. I. Manuacá, no Igarapé Tauini. Alguns confundem esta área com o Lote Tupi, no mesmo igarapé, para onde foram transferidos os índios que estavam sendo vítimas de uma epidemia. Segundo informações, o posto indígena se destinava a atender os índios apurinã, mas, mais tarde, vieram para a área do posto os índios jamamadi procedentes do R. Pauini. Não consegui saber se isto aconteceu antes ou depois do massacre ocorrido neste rio.

O posto teria sido desativado por volta de 1945. Em 1969, Adalberto Bezerra, hoje com pequeno comércio em Rio Branco-AC, passou a explorar a mão-de-obra indígena. Exercia grande pressão sobre os índios para que produzissem muito. Francisca, mameluca, companheira de Adalberto (a esposa legítima residia no Seringal S. Lourenço) recebeu ordens dele

para prender os índios que tentassem fugir. Após ter conseguido prender um deles, ameaçou de morte, com arma de fogo, o índio jamamdi Manuel Baví, que, em legítima defesa, a matou. Os índios, descontentes da mansira pela qual eram tratados por Adalberto Bezerra, saíram à sua procura na beira do Purus. Adalberto, amedrontado, buscou apoio junto ao delegado de polícia de Pauini, o sargento da P.M. Fortunato Joaquim França Cunha, hoje delegado em outro local (Lábrea? Tapauá?). O sarg. França teria dito a Adalberto que, como se tratava de índios, nada podia fazer e que o próprio Adalberto procurasse juntar número suficiente de pessoas, que pudessem superar os índios e fosse lá "dar um exemplo neles". Adalberto Bezerra não tendo conseguido juntar o número suficiente de capangas, transferiu-se para a cidade de Boca do Acre e, posteriormente, para Rio Branco.

Com o afastamento de Adalberto Bezerra, o seringueiro Dico Pacheco, que trabalhava no Ig. Rio Branco, afluente do Caouriã, tornou-se o novo explorador dos índios, mas como bebia muito e já tinha tido vários atritos com os índios e porque um destes lhe roubou a mulher, abandonou a área.

Em 1974, o índio apurinã Augustinho (Augusto Carlos, filho de Pedro Carlos do Ig. Pengeri) casado com cariú, residindo no Seringal Pelotas, retirou os índios do Lote Tupi "porque não era deles", informou.

Augustinho é um dos poucos índios ^{apurinã} precariamente alfabetizado. Disse-me que o Gen. Coutinho, delegado da 1ª DR-FUNAI, Manaus, o encarregou de cuidar dos índios do P.I. Manuacá. Hoje, Augustinho se comporta como um verdadeiro "patrão" dos índios. Marreteia com eles: compra a mercadoria na beira do Purus e a revendo aos jamamdi, a preço ainda mais caro. Utiliza o motor e combustível de Sebastião Batista para o trabalho de marretagem. Sebastião Batista é, possivelmente, o mais sofisticado explorador dos índios: utiliza um próprio índio para esse trabalho.

Segundo Augustinho o P.I. Manuacá situa-se na margem esquerda do Ig. Teuini e vai do Ig. Uarambi ao Ig. Maranhão, que distam 8 horas de motor. De fundo teria, segundo o Gen. Coutinho 10Km, mas, segundo Augustinho os fundos do posto vão até o Ig. Sateriã. Um dos marcos do posto, informa Augustinho, foi queimado por Adalberto Bezerra, o outro parece que caiu em consequência de desbarrancamento. Havia muita atividade do SPI na área do posto. Até hoje há algumas engrenagens por lá. Lino, ex-funcionário do SPI, retirou de lá um forno.

Hélio Ferreira Amorim, apurinã mestiço, residente na foz do Pauini, onde é professor (ele mesmo diz ter apenas um mês de escolaridade) informou que seu irmão José Luiz Ferreira Amorim, falecido a 16/12/75, em consequência de um pau que lhe caiu na cabeça, tinha autorização de Bra-

filia e de Manaus para atender os índios apurinã, mas os jamamadi estavam sendo aborrecidos por Adalberto Bezerra, que mandava matar e dar ~~Meqano~~ aos índios, então Sebastião Craveiro do Seringal Torrões escreveu ao José Luiz para que atendesse também os jamamadi. No posto residem 26 índios, além de Nega, ex-mulher de Dico, em companhia do índio Pequeno.

Hélio confirmou que Augustinho marreteia com os índios jamamadi do Ig. Teuini. Quanto a ele e seus patrícios da foz do Pauini apenas levam algumas cozinhas, mas não fazem negócio. Estão pensando em tirar madeira da área do posto, já que na beira não existe. Esta madeira destina-se, unicamente, à construção das casas próprias.

O P.I. Manuacá é uma área indígena até agora respeitada embora os índios sejam explorados. Essa é mais uma área que parece ser demarcada e os índios incluídos dentro de um plano bem elaborado, com vistas a libertá-los da escravidão dos "patrões".

Existem outras duas áreas, no município de Pauini, as quais embora nunca tenham sido posto indígena, contudo são, de alguma maneira, respeitadas. São as áreas de Pedro Carlos, no Ig. Peneri e o "Seringal S. José" de João Lopes Brasil, no Ig. Tacaquiri.

Ig. Peneri

A área, segundo informações de Pedro Carlos, tem por limite ao Norte o travessão das terras do Zé Cordeiro; a Oeste o Ig. Peneri até o local denominado "dois poções", nos fundos do Seringal Vera Cruz; ao Sul uma linha ligando o Ig. Peneri ao Ig. Tacaquiri e a Leste o Ig. Tacaquiri, até encontrar o travessão do Zé Cordeiro. A esta área deve-se acrescentar o local denominado "ilha", pequena área na margem esquerda do Ig. Peneri, onde reside Pedro Carlos.

Em maio de 1978, a AJACRE prometia enviar "até julho... um funcionário da FUNAI que irá demarcar as áreas" (ver documento na página 7), mas, até agora, nada foi feito.

Residem nessa área 44 apurinã todos com algum vínculo de parentesco com o velho Pedro Carlos, cuja família possui 95 membros (ver pág. 2), mas a maior parte encontra-se fora da área. Esta área já esteve englobada no Seringal Peneri, que pertenceu a Leonardo Solon, ex-chefe do P.I. Merianê (ver pág. 13), que a vendeu a Raimundo Dias de Souza, que, por sua vez, vendeu a Fábio Sabino de quem José Cordeiro teria comprado. Fábio Sabino, ao vender as terras para Zé Cordeiro, re conheceu os direitos de Pedro Carlos.

No "inverno" a área é acessível pelo Ig. Peneri, mas, no verão, chega-se a ela por um varadouro, que começa pouco abaixo do travessão do Zé Cordeiro, nas margens do Purus, diante da colocação de

Augustinho, que reside no Seringal Pelotas.

O filho mais velho de Pedro Carlos, José, tem 48 anos e nasceu naquela área. Somente a partir de 1974 é que os índios começaram a ser importunados por estranhos. Em 1975, Fábio Sabino comprou a terra e mandou abrir campo de pouso. Depois vendeu a área para José Cordeiro, que pretendia construir a sede da Agro-Pecuária Maripúá S/A, exatamente onde residem os índios, que ainda não estão completamente livres dos "aperreios" dos brancos (ver pág. 1).

Há tempos esteve na área o linguista americano Gilberto. Subiu o Ig. Peneri de canoa. Passou na aldeia uns seis dias. Partiu de hidroavião, chamado por ele pela fonia e que aquatizou no Lago Peneri, bem próximo da área. Prometeu voltar dentro de alguns meses, mas até hoje não voltou. Posteriormente chegaram à área as americanas(?) Catarina e Judite.

Há alguns anos, realiza-se na aldeia a festa de Sta. Luzia em cumprimento da promessa feita pelo índio Belarmino, quando se feriu no olho esquerdo ao preparar uma flecha. Nas festas há leião, música de toca disco e outros traços das festas regionais.

Estes dados, mais a preocupação de Pedro Carlos de conseguir aposentadoria pelo FUNRURAL e tirar documento de identidade bem como sua preocupação pelo que ainda possa acontecer ao seu filho Lino, que baleou o cabo Santos, mostram o ponto que esse índios atingiram no processo de aculturação, que não é senão a perda da própria cultura e a tendência a se "integrarem", cada vez mais, no mundo dos brancos.

Quanto à aposentadoria e documentos de identidade são aspirações de outros índios também e por essa razão voltarei a tocar no assunto mais adiante.

Quero descrever o episódio do cabo Santos, pois há muitas consequências a tirar, quanto ao abandono em que se encontram os índios e sujeitos a todas opressões, como já vimos ao falar dos jamamí do P.I. Manuacá.

Lino e Sandoval, filhos de Pedro Carlos trabalhavam no barracão do Seringal Vera Cruz. Os empregados do Seringal Vera Cruz, entre eles Lino e Sandoval, colheram 30 hectolitros de castanha na divisa do seringal. Antônio Geraldo (Antônio Felix de Oliveira) contratou o cabo Santos, a quem teria dado cinco mil cruzeiros, para ir ao local e obrigar o pessoal do Seringal Vera Cruz a entregar a castanha. O cabo Santos mais Chico Ferreira descarregaram dois revólveres sobre os apurinã. Durante o tiroteio alguém gritou: "Lino, mataram seu irmão". Lino que estava atrás da casa, por medo de ser atingido por alguma bala, tomou da espingarda e por debaixo da casa em estilo palafita atirou contra o cabo Santos, que foi ferido por um perdigoto, mas mesmo ferido conseguiu chegar até o barco

SA
navegar até o Seringal São Romão, enquanto Lino e Sandoval foram levados presos para Pauini. Sandoval conseguiu fugir, mas Lino sofreu espancamento. Segundo informação de Pedro Carlos, Chico Sabino interessou-se pelo índios presos e mandou alguém a Manaus conseguir ordem para libertá-los. Como o cabo Santos estava fazendo um "serviço" pago por Antônio Geraldo, o assunto foi arquivado. Lino e Sandoval voltaram a residir nos mesmos locais: aquele na beira do Purus, este no Ig. Peneri.

É urgente a demarcação da área do Pedro Carlos, mas englobando-na numa só área, como ficou dito acima (ver pág.15).

"Seringal S. José"

O histórico desta área já foi, em parte, descrito atrás (ver pág. 2 a 7). A demarcação da área deverá inclui-la dentro dos novos limites do P.I. Marianê (ver pág. 15).

Dado o grande número de apurinã dispersos não só no município de Pauini, mas até pelas cidades vizinhas, onde vivem na miséria e marginalizados e dado, sobretudo, às divisões existentes entre eles e o apego às suas áreas onde estão sepultados seus antepassados é preciso estudar a delimitação e demarcação de outras áreas ainda.

Lago Novo ou Urubuã

Este lago está localizado nos fundos do Seringal Vera Cruz, Urubuã e Afogados. Residem junto ao lago 27 apurinã. O lago é dominado por Cleodomir Pinheiro (Pinheirão). Pertence à família dos Pinheiros, malquista de todos e totalmente dividida entre si. Pinheirão informou que Antônio Geraldo, o inescrupuloso comerciante de Pauini, o mesmo que encomendou o "serviço" ao cabo Santos, teria comprado as terras de seu pai Francisco Pinheiro e doado a ele, para evitar problemas futuros na divisão dos bens. Pinheirão reside junto ao lago em companhia de sua esposa, mas tem uma índia apurinã como segunda mulher com a qual já tem três filhos. Os apurinã tomam isso como uma humilhação.

A demarcação da área do Lago Novo deverá ser englobada na única área, que abrange o P.I. Marianê no Ig. Seruini, o "Seringal S. José, no Ig. Tacaquiri, a área do Pedro Carlos no Ig. Peneri (ver pág. 15).

Lago Salpico

Na margem oposta do Purus (margem esquerda), quase diante do varadouro que leva ao Lago Novo, encontra-se o varadouro para o Lago Salpico, que se encontra nos fundos do Seringal Vitória. Residem junto ao lago cinco famílias e outra um pouco mais afastado. São ao todo 45 pessoas. Alguns dos atuais moradores residem ali há mais de 38 anos. Possuem também um cemitério em terra firme, para onde se transferem em tempo de grandes alagações.

Esta área poderá formar uma só com a da Curva da França e Es-

Estirão do Catira das quais falarei abaixo.

Curva da Franca

O local é conhecido também com o nome de Volta da Franca. Fica diante do Seringal Vera Cruz, no início do Estirão do Catira. Ali residiram muitos apurinã, mas devido as disputas e pressões dos filhos do velho Pinheiro, muitas famílias se afastaram do local e as que ali se encontram não podem cortar seringa porque pelo menos três filhos do Pinheiro exigem renda da área.

Esta área e o trecho do Estirão do Catira onde se encontra o grupo do Camilo poderão formar uma só área juntamente com o Lago do Salpico e a terra firme onde se encontra o cemitério dos índios. Com esta medida seriam atendidos os interesses de três comunidades. A área seria uma só e contínua. A população inicial é de 70 pessoas.

Igarapé Água Preta

Neste igarapé existe o caso raro de um índio apurinã (José Avelino) que pago à INCRA por dois lotes, que denominou Seringal São Francisco. Os habitantes do Ig. Água Preta, mais os do Seringal do mesmo nome e os do Seringal Alegrete, na margem oposta são 58. É necessário estudar uma área para esse grupo junto ao Ig. Água Preta.

Lago Catipari+Sta. Maria

Estes dois lagos ligados por sangradouros que se juntam e despenjam no Purus (margem esquerda) encontram-se dentro do Seringal S. José do Catipari, situado diante da foz do Ig. Benediti (Seruini). Junto aos lagos residem as diversas famílias descendentes do velho Pedro Rafael. Formam um total de 41 pessoas.

Pedro Rafael nasceu na área e tem aproximadamente 90 anos. Está bastante lúcido e se opõe às pretensões de Chico Barros, quando este comprou o seringal e quis proibir ao apurinã a plantação nas praias do Purus. Os índios conseguiram impedir que alguns regionais cortassem as estradas de seringa, mas ainda resta um bom número de seringueiros e alguns posseiros, que já não cortam seringa, mas residem na área.

José Carlos (Zequinha), que diz estar na área há 35 anos, informou que quem se considerava dono do Seringal São José do Catipari era o velho Amorim, que deu as terras a Pedro Rafael, patriarca dos apurinã que ali vivem.

Os índios advogam a área toda do Ser. S. José do Catipari e querem que os lagos Catipari e Sta. Maria sejam de uso exclusivo deles, o que é justo e garantido pela lei 6001. Ninguém soube informar a área do seringal, mas creio que não atinge 5000 ha.

SA
A indicação dessas 10 áreas, que englobadas, como ficou dito acima, seriam 5 apenas não soluciona, totalmente, o problema de terras para os apurinã, que residem dentro do perímetro do município de Pauini. Há famílias isoladas, que, dificilmente, se juntariam a outras, em alguma das áreas apontadas. Será o caso de se estudar a utilização do art. 33 do Estatuto do Índio: "O índio integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinquenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena".

É preciso também estudar os casos de alguns que se dizem índios ou estão casados com índias e possuem mais de uma área ou exploram a mão-de-obra indígena, contra os mesmos índios, como é o caso de Antônio Miranda, que se instalou no local denominado Cujubim, na margem direita do Seruini.

4 - A economia do índio

Há muito os apurinã passaram da economia de subsistência para a de produção suficiente para a troca com gêneros ou objetos dos quais já não podem abrir mão. Com suas terras reduzidas, não raro, à simples área de uma colação de seringueiro, seus rios e lagos explorados pelos "geleiros" procedentes de Boca do Acre, Lábrea, Manaus etc., que numa só noite, com centenas de malhadeiras capturam toneladas de peixe, (os que não têm valor comercial são lançados mortos nas águas dos lagos, onde apodrecem e privam os índios não só do peixe como da água, "que a gente só bebe para não morrer de sede, mas tem gosto de peixe podre", como dizia um índio), a mão-de-obra utilizada, especialmente pela firma MANASA, de maneira desumana (ver pág.12), a exigência de renda de qualquer produção exigida pelos "donos" das terras, os índios apurinã chegaram a uma situação verdadeiramente calamitosa.

A simples demarcação das áreas indígenas não será suficiente para que os índios se libertem da escravidão a que estão sujeitos pelos "patrões", mediante o mecanismo da troca de produtos.

O comércio regional feito à revelia de qualquer fiscalização tornou-se um poderoso instrumento de dominação não só dos seringueiros, mas sobretudo dos índios, menos preparados e mais dóceis. Talvez 0,5% dos índios contatados seja mediocrementemente alfabetizado. Os talões do "patrão" (quando este fornece) não correspondem à realidade, além de serem, praticamente, inúteis, pois quase ninguém sabe ler. Os "patrões" usam de subterfúgios para anotar p.ex. a cachaça, que é indicada da seguinte maneira: CCC. A compra de couro de jaguatirica ou de onça (caças proibidas) é indicada: "em dinheiro", que é abatido do to-

(21)

tal, como se o freguez tivesse realmente pago em moeda corrente. A submissão ao "patrão" é tão grande que os freguezes não perguntam o preço da mercadoria "prá não faltar o respeito ao patrão", disse um índio. A cachaça é vendida a 30,00 cruzeiros, na melhor das hipóteses, e até 120,00, no Ig. Paiuni, segundo informações. O açúcar custa 20,00 cruzeiros, o litro de farinha de mandioca 15,00. A gasolina, há vários meses, já estava a 400,00 cruzeiros a lata de 18 litros. A borracha é paga de 30,00 a 42,00, na melhor das hipóteses.

Cobal-Sudhevea

"A Cobal ainda não chegou até a pobreza; os ricos é que estão tirando proveito", dizia um seringueiro da região. Os seringalistas, os únicos que podem comprar diretamente na Cobal, vendem os produtos pelo mesmo preço dos que não vêm através da Cobal. Antônio Geraldo (Antônio Felix de Oliveira) o mais forte e mais inescrupuloso comerciante da região, sediado em Pauini, Bazar Uirapuru, não só vende os produtos da Cobal a preço ainda mais caro, segundo o testemunho de outro "patrão", o Cleodomir Pinheiro do Lago Novo (ver pág.19), mas, conforme anda na boca de todos, adquiriu 100 caixas de latas de leite e 100 de óleo comestível na Cobal e deu esse produto ao marreteiro (não seringalista, portanto) Fio Furtado, em troca de uma "baleira". Fio Furtado, por sua vez, vendeu essa mercadoria a Isaias Camurça, comerciante de Boca do Acre.

O Vice-Prefeito de Pauini, que é também seringalista e, portanto com acesso aos produtos vindos através da Cobal, sabedor da alta do preço do café, comprou, antecipadamente, todo o estoque existente no depósito da Cobal em Pauini. Francisco das Chagas Venâncio é o vice-prefeito, o mesmo que assinou como testemunha na declaração passada por Hércio Heros Alves Fagundes (ver pág. 4).

No dia 7/9/1979, os seringueiros, entre os quais muitos índios, vieram a Pauini, na esperança de encontrar ali representantes da Sudhevea. Traziam consigo os talões fornecidos pelos "patrões" para mostrar os preços das mercadorias e o valor que era dado à borracha. Os seringueiros apenas receberam uma camiseta com propaganda da Sudhevea e não tiveram oportunidade de apresentar suas queixas, pois foram habilmente controlados pelo vice-prefeito Chagas Venâncio, nada interessado nessas queixas, uma vez que ele é também seringalista.

Num ponto, porém, os talões fornecidos pelos "patrões" retratam bem a realidade: todos eles, invariavelmente, começam com a anotação: "seu débito". Endividados os seringueiros e os índios, quase todos vivendo como seringueiros, não sabem ou não podem romper as cor-

rentes que os mantêm escravizados.

No que se refere aos índios compete à FUNAI elaborar projetos que tenham como objetivo a emancipação econômica dos índios. Projetos realistas, factíveis e nos quais os índios tomem parte ativa e sejam seus destinatários. Isto, aliás, já está previsto na Lei 6001 - Estatuto do Índio, art. 2º itns VII e VIII: "Executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas". " Utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e sua integração no processo de desenvolvimento".

5 A saúde do índio

A Sudhevea, aliada à Cobal tornou-se inoperante na área econômica e na área da saúde o que conseguiu fazer foi montar precaríssimos postos de saúde onde falta não só o remédio, mas também a competência para administrá-lo, por parte de quem responde pelo posto. Quanto à FUNAI ela está, totalmente, ausente da área. Aliás desde os últimos anos do SPI.

Amadeu, que já foi chefe do P.I. Marianê (ver pág. 14) é um índio apurinã muito esclarecido. Informou que, certa vez foi juntamente com Lino, ex-funcionário do SPI, ao P.I. Manuacá, no Ig. Teuini, para atender os índios enfermos, uma vez que Chico Brito, funcionário do SPI não se encontrava no posto. Quando lá chegaram apenas encontraram cadáveres, quase reduzidos a esqueletos. Foram encontrados mortos nas rendes, pelo chão da casa e outros no porto. Juntaram toda a cossada num só caixão bem grande e o sepultaram. Seriam uns 20 mortos todos jamamadí. Salvaram-se apenas três.

O problema de saúde é gravíssimo não só porque falta assistência, mas porque os remédios (especialmente antibióticos) são tomados, sem nenhum critério e pagos a preçatíssimo.

Oxalá a FUNAI ao dar atendimento à saúde do índio, por ora totalmente desatendido, não caia no mesmo erro de outros órgãos do governo, na área de saúde. Os remédios e as famigeradas campanhas de saúde ou combate a doenças tropicais porque não vão ao fundo do problema - a vida subhumana em que vivem os habitantes da Amazônia - não passam de uma grande soma de dinheiro lançado for, sem nenhum proveito a não ser criar a imagem de um Governo bonzinho, que distribui remédio gratuitamente, até pípulas, que se não conseguem diminuir a ~~miseria~~ miséria - a única doença tropical - conseguem, ao menos, diminuir o número dos miseráveis.

O Governo - a FUNAI é um órgão do governo e esteve até agora mais a serviço da sociedade envolvente do que do próprio índio - ao dar remédio ao amazônidas miserável, está fazendo o jogo do opressor: não restitui a saúde ao enfermo, mas permite que ele vença mais uma crise e continue a ser uma ponta de lança na ocupação da Amazônia, a serviço do opressor nacional ou multinacional.

O amazônidas e portanto os índios, nas situações atuais, são enfermos porque são sub-alimentados e vivem em condições sub-humanas. São sub-alimentados e vivem em condições sub-humanas, porque são explorados em todos os sentidos.

A FUNAI com suas EVS -Equipes Volantes de Saúde - está apenas sobrevoando o problema de saúde, que é mais complexo do que as simples campanhas de vacinação, que se prestam muito a efeitos propagandísticos.

O "Summer Institute of Linguistics" está voltando para as áreas indígenas porque a FUNAI não tem condição de dar sequer atendimento médico a inúmeros grupos indígenas. Oxalá os elementos do "Summer" não sejam tão ingênuos a ponto de supor que a simples distribuição de medicamentos, ainda que mais criteriosa, vai resolver o problema da saúde dos índios.

A "ingenuidade" de muitos missionários evangélicos e também católicos os tem levado a serem inocentes úteis, que trabalham exatamente contra aqueles a quem julgam estar atendendo bem, com os medicamentos - os índios.

Toda a luta do índio para sobreviver consiste numa luta para se livrar da exploração e de toda espécie de opressão. Se o pessoal do "Summer" estiver empenhado nesta luta é bem possível sejam mais uma vez convidados a abandonar ^{nar} as áreas indígenas, mas o fariam por uma razão muito mais nobre.

A FUNAI, na luta pelo e com o índio deve partir, quanto antes para a demarcação das áreas indígenas, onde possam fazer programas de desenvolvimento comunitário. Com isto já estariam afastados 50+% dos problemas de saúde. Outros 40% estariam afastados por uma sã medicina preventiva, ficando apenas 10% para o atendimento rotineiro, pelos atendentes de saúde, precariamente preparados, como são os que se encontram nos postos indígenas.

A ausência total de bases da FUNAI, no município de Pauini, não me permitiu constatar, como já o fiz em outras áreas, a falta de medicamentos unida à sobra de outros medicamentos, que são jogados fora por serem muito antigos. Isto significa que o fornecimento padronizado é outra das alienações da FUNAI.

6 - Aspirações dos índios

A Escola

O fato dos índios terem intenso convívio com a sociedade envolvente e, sobretudo, levando em consideração que o comércio da troca de mercadorias é "contabilizado" através dos talões fornecidos pelos "patrões", os índios sentem a necessidade de saberem ler e entender pelo menos as operações de somar e diminuir. As poucas escolas existentes pelas beiras têm professores semi-alfabetizados. As crianças, e por vezes também os adultos, vão às escolas com grande sacrifício e até com algum risco de vida, dadas as viagens de canoa de ida e volta à escola.

As crianças indígenas frequentam as escolas quando próximas das suas moradias. Algumas vão viver com alguma família, que mora perto da escola para ser mais fácil frequentá-la.

Em lugar algum do município de Pauini encontramos a presença do pessoal do "Summer", a não ser de passagem como já aludi acima (ver pág. 18).

As escolas terão, necessariamente, que ser bem integradas no mundo do índio e com o objetivo de integrá-los ainda mais nesse mundo, uma vez que a convivência com os regionais os leva a pensar e viver como eles a ponto de se considerarem como bicho, caso não sejam batizados.

Em alguns lugares, a língua e em todos o artesanato indígena está quase desaparecido. As festas são no estilo da sociedade envolvente e não raro com a participação de elementos dessa sociedade.

Os índios desejam "ser" católicos, como via de regra, são os regionais, embora a "religião" católica para eles consista em levar as crianças para que sejam batizadas, nos locais por onde o padre passa, anualmente. Procuram também "regularizar" seus casamentos. Quando não estão "casados-no-padre" dizem que estão ajuntados, não obstante serem ambos os cônjuges apurinã.

A vergonha de serem tidos por índios está bem clara no nome que recebem e que se dão a si mesmo: caboclo.

O complexo de inferioridade manifestado pelo "respeito" que têm até ou sobretudo aos patrões é simplesmente espantoso.

A escola vista como um processo de libertação dos índios ou seja como um instrumento de reavivamento dos valores da cultura indígena e de reintegração dos índios nesses valores, terá um papel importantíssimo. É preciso, porém, que sejam escolas com esses objetivos e não alienadas e alienantes, que somente servem para que os índios se

157-ALV 10
ISA
sintam ainda mais envergonhados de serem o que são ou o que estão deixando de ser.

A FUNAI compete ir ao encontro do ^{do} desejo que têm os índios a-
purina de frequentar escola, mas compete, sobretudo, aproveitar a
escola para estabelecer com os índios um diálogo libertador e de
reafirmação dos valores da cultura indígena. Isto pode levar a FUNAI
a questionar profundamente todo seu modelo de "educação" indígena,
o ^{que} na verdade, seria de grande utilidade e, até, uma necessidade in-
alienável.

O Mesmo pode-se dizer, nas devidas proporções, a respeito do
"Summer" e de algumas Missões Católicas.

Documentos de Identidade

Inúmeros índios manifestaram o desejo de terem documentos
"para fazer como os caiú, quando temos que viajar". De nada valeu
o diálogo que tive com um apurinã dizendo-lhe que o Xavante Aniceto,
ao entrar no Palácio do Planalto (casa do presidente) mostrou o cor-
te de seu cabelos, suas orelhas e o laço que levava ao pescoço, ao
porteiro que lhe pedia os documentos de identidade.

Tenho profundo e fundado ^orecoio de qualquer medida oficial
que vise transformar o índio num "cidadão mais digno", segundo as
desastrosas declarações de um tecnocrata do último governo e que tan-
to mal quis fazer ao índio, com todo o poder de ministro do interior.
Julgo, entretanto, que a FUNAI poderia pensar em fornecer aos índios
um documento de identidade indígena com indicação bem clara de seu
grupo étnico (Lei 6001, art.3º item I), de que é sujeito de um Lei
e tem uma situação jurídica especiais. (Estatuto do Índio, art.1º).

É claro que tal medida poderia ser tomada com relação aos
índios pertencentes aos grupos que interagem intensamente com a so-
ciedade envolvente, mas mesmo assim, ou exatamente por isto, não se-
rá fácil à Funai definir com precisão quem é índio ou não. Este pro-
blema será em parte ou totalmente resolvido se a FUNAI, com profundo
respeito pelos líderes indígenas e pela auto-determinação dos grupos
indígenas, fizer com que o próprio grupo decida quem é quem entre e-
les.

A meu ver, tal documento terá antes a finalidade de identi-
ficar quem não é índio do que os verdadeiros índios além de dar a
estes últimos um documento de ordem mais psicológica do que legal.

Aposentadoria - FUNRURAL

Pedro Carlos do Ig. Penari (ver pág. 17) disse-me que no dia 31/3/1977 esteve em Terruã (Pauini) para tratar de sua aposentadoria, mas o funcionário do FUNRURAL informou-lhe que o assunto deveria ser encaminhado pela FUNAI. Enviou carta ao chefe da AJACRE, mas não encontrou receptividade e o assunto não caminhou. Disse, ainda, que seu primo Antonio Vieira, da Boca do Acre já está aposentado.

O "patrão" Valmir, do Seringal Vitória, se honra de ter tratado da aposentadoria de uma índia. Pedro Rafael o apurinã mais idoso, residente no Lago Catipari (ver pág. 20) também falou em aposentadoria, mas seu problema é que não foi encontrado seu "baptismo". O índio Ramundo com Hansenise em estado estagnado já está aposentado, embora não tenha a idade mínima.

Estes pequenos problemas, em volta do tema aposentadoria, chamam nossa atenção para um problema mais profundo: a situação de penúria e de descaracterização da vida social desses grupos indígenas. O aposentado ou aquele que está necessitando da aposentadoria - as migalhas de um sistema inícuo de remuneração do trabalho - é o representante de uma sociedade desigual, de uma sociedade de ricos e pobres, enfim de uma sociedade de classes. Tudo alheio à uma sociedade indígena. Essas transfusões mensais do FUNRURAL só serve^m para mostrar que o corpo social está enfermo. Dentro da cultura indígena isto é a maior das aberrações. Os idosos não se aposentam, não são economicamente marginalizados e não se tornam socialmente merecedores de esmola. Os indivíduos, na cultura indígena, são tanto mais merecedores das atenções da comunidade, quanto mais avançados em idade.

Paralelamente a esta remuneração pelos longos anos de trabalho está a remuneração ou o ordenado que não poucos índios recebem por trabalho atuais: chefia de posto, atendentes de saúde etc. O indivíduo que trabalha para a comunidade deve ganhar da comunidade não um ordenado, mas a prestação de outros serviços em troca dos que ele presta à comunidade. Ninguém é empregado de ninguém, mas todos, como membros de uma só família, participam, igualmente, do que a comunidade produz. Os ordenados da FUNAI, a começar pelos que eram dados aos membros da GRIN criaram as situações mais equívocas dentro do grupo indígena.

Ao contrário de pensar na aposentadoria dos índios, mediante o FUNRURAL, a FUNAI deveria pensar como fazer com que as comunidades indígenas se reestruturem para que os idosos não necessitem das

esmolas oficiais. Os membros das sociedades indígenas não devem ser vistos como potenciais e inevitáveis vítimas da nossa sociedade, mas como alguém pode e esta questionando profundamente esta mesma sociedade.

O Massacre dos Jamamadí

Ao lado das pequenas aspirações - escola, documentos de identidade, aposentadoria pelo FUNRURAL - indicadoras de outros tantos problemas mais profundos, os índios perguntam por que não foram punidos os responsáveis pelo massacre dos índio Jamamadí do Rio Pauini. "Queremos uma explicação."

Será que a FUNAI poderá dar essa explicação e até se interessar pelo caso como o fez (ainda o está fazendo?) pelo massacre dos Juma, após a denúncia que fiz, no ano passado?

Sob pena de ver mais essa denúncia arquivada, aqui vai o relato do acontecimento, como foi colhido, diretamente, dos que vivem na área.

No dia 20/9/1979, o mestiço Raimundo Pereira dos Santos, mais conhecido por Canacurí, enquanto "bolandeava" um pau para transformá-lo numa conoa, falava, com muita convicção: "Estou com 37 anos e vivi até os 22 no R. Pauini, onde se deu o massacre talvez por volta de 1959, não sei bem. Raimundo Leôncio, residente em Boca do Acre, e o marreteiro Nonato Camurça viram os cadáveres insepultos e comentavam o fato na beira do R. Purus ou melhor, na beira do Pauini, quando chegou o então prefeito do município de Pauini, Mário Said, que, imediatamente, subiu o rio e prendeu João Celestino, Antônio Celestino, Antônio Araujo e Pedro Rocha. Levou-os amarrados para Pauini e depois os enviou para Lábrea, mas ninguém sabe que destino tomaram essas pessoas".

"A coisa aconteceu, continua Canacurí, porque Antônio Celestino abusou da filha do Jamamadí João Catunã. Miguel, irmão da índia, comentou com Pedro Rocha que iam matar o Antônio Celestino. Pedro Rocha traiu a confiança de Miguel, que se encontrava em casa em tratamento de saúde, avisou o Antônio Celestino, que, imediatamente, mata Miguel. Depois mataram o João Catunã, quando este voltava do roçado e outros mais. Só se salvaram duas crianças: um menino e uma menina, não obstante ter sido atingida por alguns chumbas".

Na colocação "Manhã" os apurinã comentando o massacre, acrescentavam: João Celestino está fora, mas os outros irmãos estão morando no Monte Escuro. Era delegado de polícia de Pauini, segundo eles, o Sargento Chico Olímpio. "Os irmãos Celestino mataram e puseram fogo

em tudo e até forçaram Camilo, sobrinho da índia Maria de Nazaré. Camilo reside, atualmente, duas praças abaixo de Lábrea. João Celestino se abalou para o R. Ituxi. "Começaram empurrando cachaça nos caboclo e quando estes já estavam bêbados, mataram todos os adultos e as crianças foram reboladas para o ar e amparadas com a faca. Os mortos foram em número de 10, que nem enterraram, pros urubus dar cabo deles". Segundo o apurinã Sebastião do Seringal Guajahã, os mortos seriam uns 23 três e João Firmino, que sepultou alguns deles, saberia informar melhor. Ele deve andar por Lábrea. O prefeito de Pauini, Sebastião Pereira Afonso, sabe do massacre, mas diz estar por fora porque não foi do tempo dele.

Deixamos mais este caso para a Procuradoria Jurídica da FUNAI investigar, não obstante esteja ela tão sobrecarregada de trabalho e tão despreparada de pessoal.

7 - Sugestões à FUNAI

Além das apresentadas no decorrer desta informação, especialmente no que se refere às terras dos índios, saúde, escola etc. é necessário que a FUNAI se faça presente na área e elabore um projeto global para atendimento nos apurinã e jamanadí do município de Pauini, mas é claro^{te} também no município vizinho de Lábrea há problemas iguais ou maiores. Há os Paumari do Lago Maíhaã, que estão sendo precionados pelo próprio prefeito de Lábrea. Na mesma cidade de Lábrea, há dezenas de apurinã marginalizados a espera da FUNAI para lhes garantir a posse tranquila de uma área, onde residem.

POSTO INDIGENA

Quando penso na necessidade de que a FUNAI marque presença na área, não estou pensando na criação de um ou mais postos indígenas no estilo clássico ao mesmo tempo paternalista e dominador.

É preciso deixar o índio viver governado por seus autênticos chefes. Não tem sentido a presença contínua de um chefe de posto funcionário da FUNAI. Isto tira a liberdade e o espírito de iniciativa dos índios, especialmente dos líderes do grupo. Na medida em que o chefe de posto, funcionário da FUNAI, deixar toda liberdade aos índios e respeitar sua iniciativa, ele se torna dispensável, pelo menos sua presença contínua, vinte quatro horas por dia e todos os dias do ano.

Presença contínua devem ter o mestre escola e a atendente de saúde, ambos, na medida do possível provenientes do próprio grupo. A própria presença da atendente de saúde deveria se tornar cada vez menos necessária. A presença de alguém que a qualquer momento

pode dar remédio aumenta a necessidade psicológica do remédio. Os índios passam ao consumir pilulas do mesmo modo que as crianças consomem caramelos.

O funcionário da FUNAI, em título de chefe de posto, deveria estar continuamente percorrendo uma determinada área sob sua responsabilidade, inteirando-se dos problemas, dando orientação no que se refere, especialmente, no relacionamento com a sociedade envolvente e a própria FUNAI.

AJUDÂNCIA ?

Criar mais uma ajudância ou coisa parecida é algo que me espanta. Essas estruturas burocráticas longe de agilizar a atividade do órgão de assistência ao índio, à travança ainda mais, além de criar um grande número de empregos para burocratas ou tecnocratas alheios à realidade.

Colocar uma ajudância em Lábrea, como parece ser o caso, mas fazê-la depender, de algum modo, de uma delegacia sediada em outra unidade da federação e também tendo em vista o sistema de navegação - as vias de comunicação da Amazônia - me parece um contra-senso. Menos ainda seria indicado colocá-la em Humaitá para atender as populações indígenas do R. Purus e seus afluentes.

Conclusão

Creio que já é hora de ir terminando este informe, que não teve outro objetivo senão apresentar a situação dos índios numa área bem definida para que a FUNAI providencie a delimitação e demarcação das áreas indígenas e tome outras providências antes que seja tarde.

Brasília, 22 de outubro de 1979

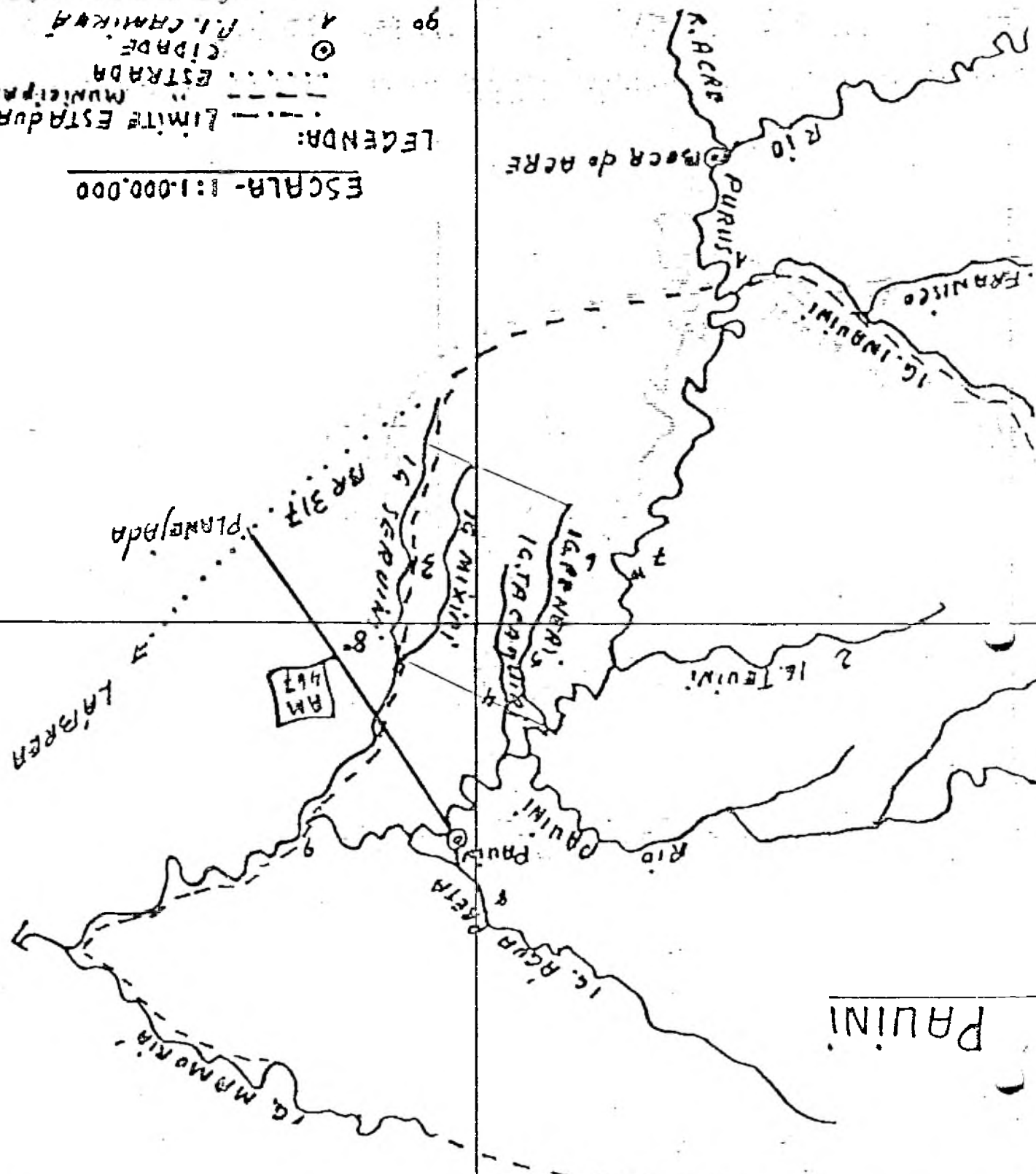
Antônio Iasi Júnior

67° 30' 00" W

LEGENDA:

- LIMITE ESTADUAL
- - - - - MUNICIPAL
- CIDADE
- 4 R. CAMARÁ
- 2 R. MANUARA-SPI
- 3 R. MARIANE

ESCALA-1:1.000.000



67° 30' 00" W

4- "SER. S. JOSE"

5- AREA DO PEDRO CARLOS

6- LAGO UAUUA

7- "SALTICO"

8- LAGO CATIPARI

9- LAGO DA FRANÇA

10- VOLTA DA FRANÇA

69°

68°

MUNICÍPIO DE

ACRE

AMAZONAS

101

69°

39

6